

Japonês defende livre escolha

SÃO PAULO — O projeto de conversão de parte da dívida externa brasileira em capital de risco é um caminho para o país amenizar o problema do seu crescente endividamento, ao mesmo tempo em que lhe dá fôlego para sustentar um programa de crescimento econômico a níveis satisfatórios. Os credores, no entanto, devem ter a liberdade de fazer a escolha nesse processo: se preferem manter os créditos ou transformar parte deles em investimentos. Nesse último caso, o credor teria o direito de optar se o investimento fosse apenas referente aos juros ou também ao principal.

Ao defender essa tese, o presidente da Jetro — Japan External Trade Organization, organização oficial de comércio exterior do Japão, ligada ao Ministério da Indústria e do Comércio Internacional, Mamoru Fukuoka, lembra que o governo brasileiro deve estabelecer flexibilidade nas regras para essa questão. Segundo ele, na época em que os financiamentos ao Brasil

foram efetivados, os bancos realizaram as operações com a expectativa de que a dívida mantivesse essas condições. “Assim, não é justo que a conversão seja feita de forma compulsória”, argumenta.

Fukuoka analisou a proposta do deputado constituinte do PMDB do Rio de Janeiro, Paulo Ramos, que veta esse projeto, sob alegação que isso tornaria a economia mais desnacionalizada. O executivo diz que Paulo Ramos estaria correto, se a análise fosse feita sob o ângulo de que se trata de uma “proposta nacionalista”. Mas ele acredita que ela não tem vida longa, se forem consideradas outras situações.

— Se formos estudar a proposta em termos de crescimento da economia, é difícil imaginar que o desenvolvimento do país possa ocorrer sem a participação do capital estrangeiro. Afinal, toda a economia mundial está se internacionalizando —, comentou.